

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE¹

Renata Patrícia Jorge dos Santos Barbosa²

Juceli Bengert Lima³

INTRODUÇÃO

A instituição da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, pela Lei 9394/96, e a obrigatoriedade da escolaridade a partir dos quatro anos, pela Emenda Constitucional nº 59, torna prioridade a ampliação do acesso das crianças de zero até seis anos em creches e pré-escolas, principalmente para os governos municipais.

O Plano Nacional de Educação reafirma esta necessidade estabelecendo as metas de universalizar, até 2016, o atendimento em pré-escolas, e atender 50% da população de crianças até três anos, até 2014. Mas uma vez garantido o acesso, também deve ser garantido a qualidade deste acesso. (CAMPOS; FÜLLGRAF; WIGGERS, 2006).

Nas demais etapas do ensino, a discussão sobre a qualidade do ensino implicou na avaliação de desempenho do aluno, enquanto na Educação Infantil isso não aconteceu, principalmente no trabalho pedagógico com crianças pequenas.

O artigo 9º da LDB prevê que seja assegurado um “processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”. A avaliação da Educação Infantil, vinculada à qualidade, não foi enquadrada no referido artigo, entretanto está presente na estratégia 6, da Meta 1, do PNE:

Implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes; (PNE, 2014).

Assim, este estudo, que é um recorte da pesquisa em andamento, tem como objetivo identificar a existência (ou não) de arcabouço legal para avaliações, assim como iniciativas e estratégias municipais, no âmbito da Educação Infantil. Visa analisar os modelos e abordagens adotados pelas Secretarias de Educação da Região Metropolitana do Recife, comparando com os referenciais teóricos da área de avaliação da Educação Infantil. Também tem como objetivo contribuir para esse debate, aprofundando e dando continuidade aos estudos que visam à avaliação e à qualidade na e da Educação Infantil, respeitando as especificidades desta etapa da educação básica.

¹ Recorte da pesquisa em andamento. Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) Fundaj/CNPq

² Graduanda em Pedagogia na Faculdade Frassinetti do Recife -PE, bolsista PIBIC Fundaj/CNPq, renatapjsantos@hotmail.com;

³ Professora orientadora: pesquisadora Fundaj, doutoranda em Educação UFPE, juceli.bengert@fundaj.gov.br.

DESENVOLVIMENTO

Guba e Lincon (2011) descrevem o campo da avaliação historicamente “dividida” em quatro gerações. A primeira geração considera a avaliação como mensuração, e nasceu da necessidade de afirmação dos estudos sociais e humanos nos séculos XVIII e XIX. Na segunda geração (primeira metade do século XX) a avaliação traz um caráter mais descritivo, considerando um currículo e tem função reguladora; na terceira, (a partir da década de 60) avaliação caracteriza-se como juízo de valor, tornando-se mais sofisticada, mais sistêmica e abrangente. Mas os autores defendem os paradigmas apresentados na quarta geração, que apresentam a avaliação como negociação e construção coletiva, datada da década de 80. Esta rompe epistemologicamente com as anteriores, pois não estabelece parâmetros ou enquadramentos prévios e é designada como *avaliação construtivista responsiva ou respondente*:

Ela parte da suposição de que as realidades não estão objetivamente “lá fora”, mas são construídas pelas pessoas, normalmente sob influência de uma série de fatores sociais e culturais que geram construções compartilhadas. (GUBA e LINCON, 2011, p.19)

Nesta mesma linha de pensamento, Ana Maria Saul defende o paradigma da avaliação emancipatória, baseado em conceitos de decisão democrática, participativa e crítica:

A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. [...] Está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso primordial desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem suas próprias alternativas de ação. (SAUL, 2006, p.61)

Para Hoffmann (2008) é importante refletir sobre os valores éticos da avaliação, pois abarca todo o fazer pedagógico, constituindo-se em:

[...] uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo (HOFFMANN, 2008, p.17).

No que se refere a avaliação como foco na instituição, de acordo com Dias Sobrinho

A avaliação institucional é uma construção coletiva de questionamentos, é uma resposta ao desejo de ruptura das inércias, é um pôr em movimento um conjunto articulado de estudos, análises, reflexões e juízos de valor que tenham alguma força de transformação qualitativa da instituição e do seu contexto, através da melhora dos seus processos e das relações psicossociais. (DIAS SOBRINHO, 2000, p.103)

Nesta mesma direção, Belloni, Magalhães e Sousa (2007) reafirmam a importância da avaliação para o acompanhamento das políticas públicas.

(...) torna-se mais relevante quando pode oferecer informações não apenas sobre *impacto*, mas sobre resultados ou consequências mais amplas e difusas das ações desenvolvidas. Nesse sentido, a avaliação deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e os seus resultados. Torna-se, assim, instrumento fundamental para a tomada de decisão e para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas. (2007, p. 9).

Moura (2017) observa que, no Brasil, ao longo do século, houve uma evolução no interesse em tomar a gestão da educação mais democrática, no que se refere à participação e representatividade dos atores sociais envolvidos nos processos.

Sobre esse contexto, Silke Weber volta a nos esclarecer que, de maneira progressiva, foram sendo incluídos elementos que tratavam da descentralização da gestão de políticas educacionais, inclusive da municipalização e qualidade do ensino, passando pela formação e valorização dos salários e condições de trabalho dos profissionais da educação (MOURA, 2017, p.32).

O autor confirma que este movimento também se configurou em Pernambuco, entre 1987 e 1990:

a Secretaria de Educação de Pernambuco empenhou-se em formular o seu Plano Estadual de Educação de forma participativa. Dentre outros aspectos voltados à democracia, esse Plano também seguia diretrizes ligadas à universalização da educação básica com qualidade, à dignificação do trabalho do educador e à democratização da gestão educacional (MOURA, 2017, p.34).

Segundo Nascimento (2018) a educação de qualidade é anunciada como uma das principais metas da maior parte das políticas educacionais, inclusive aquelas que são divergentes em si, entretanto o que poderia parecer um consenso não se concretiza diante das múltiplas concepções de qualidade, e seus padrões, que estão subjacentes às finalidades de cada política educacional, assim como varia com o momento histórico.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi realizado em duas fases: 1) Levantamento bibliográfico e documental das temáticas, incluindo os PME de todos municípios da Região Metropolitana do Recife; 2) A construção dos dados se deu a partir da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016), quando foram identificadas categorias teóricas de análise, no âmbito da avaliação educacional. Sejam elas: avaliação com foco institucional (externa, interna, autoavaliação, participativa); com foco na criança (desenvolvimento infantil, habilidades e competências).

Os Planos de Educação dos Municípios da Região Metropolitana do Recife estavam disponibilizados no *site* do MEC em janeiro de 2019, entretanto não foi possível disponibilizar o endereço do referido *site*, pois mesmo aparentemente foi retirado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Região Metropolitana do Recife (RMR) é composta por 15 municípios e é a principal região metropolitana do estado de Pernambuco. Além da capital, pertence a RMR: Abreu e Lima; Araçoiaba Cabo de Santo Agostinho; Camaragibe; Goiana; Igarassu; Ilha de Itamaracá; Ipojuca; Itapissuma; Jaboatão dos Guararapes; Moreno; Olinda; Paulista e São Lourenço da Mata. Conta com 773 escolas municipais, atendendo 51.464 crianças de zero a cinco anos. (INEP, 2018)

Os Planos Municipais de Educação visam assegurar as condições básicas para o direito à educação, devendo estar alinhados ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano Estadual de Educação (PEE), e, tem como objetivos expressos atender todas as necessidades educacionais do cidadão. Portanto requer trabalho e envolvimento das gestões federais, estaduais, municipais e de representações de diversos segmentos da sociedade. Por ter longevidade de 10 anos a partir de sua implementação, os PME's atravessam mandatos de vários prefeitos e dirigentes municipais.

Da análise nos Planos Municipais de Educação da RMR, foi possível identificar que cinco municípios utilizaram, ou praticamente replicaram a estratégia 6, da Meta 1, do texto do PNE. Camaragibe e Recife se propõem a fazer as suas avaliações da Educação Infantil a partir dos seus Projetos Políticos Pedagógicos e implantar/induzir uma cultura de autoavaliação nas

escolas de sua Rede Municipal, por meio de instrumentos que orientem os pontos de melhoria, alinhados com as concepções de avaliação institucional, coletiva, compartilhada com a comunidade escolar, como forma de planejamento de políticas públicas. Um dos municípios, traz como meta melhorar a qualidade da Educação Infantil se ajustando ao IDEB, contrariando as concepções de avaliação infantil constantes nas Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Infantil (2010), que indicam que não deve ser classificatória. Assim como um outro município, que prevê implementar avaliação de aprendizagem na Educação Infantil, ou seja, avaliação com o foco na criança. Pode-se observar que em quatro municípios não constam estratégias ou qualquer menção sobre a avaliação da Educação Infantil.

Jaboatão dos Guararapes foi o único município que especificou em seu Plano Municipal que estabelecerá um sistema de supervisão nos estabelecimentos públicos e privados, visando a melhoria da qualidade e a garantia do cumprimento dos padrões estabelecidos pelas diretrizes nacionais e estaduais. O PME do município de São Lourenço da Mata prevê sua avaliação da Educação Infantil com o foco no ambiente, com o objetivo de garantir melhorias nos recursos físicos e profissionais e o bem-estar profissional e discente. O município de Olinda especifica em seu PME tanto a avaliação da Educação Infantil, com o foco no ambiente, quanto a avaliação pedagógica na Educação Infantil, esta sem caráter de promoção, respeitando as especificidades e concepções de avaliação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar que houve um esforço dos municípios em cumprir os prazos de construção de seus PME no tempo determinado no PNE, pois as leis que os instituíram datam de 2015. Entretanto nem todos seguiram os passos indicados no documento disponibilizado pelo MEC. No que concerne às estratégias da avaliação da Educação Infantil, foco de nosso interesse, pode-se observar que um número significativo de municípios, no caso quatro, nem sequer citou esta avaliação em seus PME's. Contrariando as DCNEI (2010), um município propõe alinhar a avaliação da educação infantil com o IDEB e outro põe foco na avaliação da aprendizagem.

Cinco dos quinze Municípios da RMR tem seus planos alinhados com as concepções de infância e Educação Infantil, constantes nas DCNEI e concepções de avaliação dos autores estudados, que contemplam uma avaliação participativa, com foco na instituição, nos processos e portanto, mais comprometida com qualidade. Espera-se que estes planos sejam levados em conta e que sejam realmente colocados em prática como política de estado. Será um avanço para a educação em geral e para a Educação Infantil, em particular.

Palavras-chave: Avaliação, Educação Infantil, Planos Municipais de Educação, Região Metropolitana do Recife.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 9-41

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL, INEP (2018). **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de junho de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação**. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 1.147/2011. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2012

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF, J; WIGGERS, V. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados da pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DOURADO, L. F., OLIVEIRA, J. F. A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215., maio/ago. 2009.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Avaliação de Quarta Geração**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MOURA, Jamerson Kemps Gusmão. **Cultura organizacional e políticas públicas: processos sociais que envolvem a política de gestão democrática da educação no Brasil e Portugal**. Recife: UFPE 2017. (Tese de Doutorado em Sociologia)

NASCIMENTO, José Almir do. **A educação como dispositivo de proteção integral à criança e ao adolescente: um discurso de qualidade**. Recife: UFPE, 2018. (Tese de Doutorado em Educação)

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.